

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL.

OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

IRETAMA/2014.

Daniela Cassarotti Borges.

Os principais desafios da Educação do Campo.

Trabalho de Monografia apresentado(a) como requisito parcial para a obtenção de certificação do curso de Especialização em Educação do Campo. Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Luiz Everson da Silva.

IRETAMA/ 2014.

## SUMÁRIO.

INTRODUÇÃO. ....	3
1.CONCEPÇÕES, MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE CAMPONESA. ....	4
2. SOBREVIVENDO NO CAMPO E DO CAMPO. ....	5
3. TRANSFORMANDO A REALIDADE ATRAVÉS DA PRÁTICA ESCOLAR.....	6
3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	6
4. REFLEXÕES E DESAFIOS.....	8
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	9
5. REFERÊNCIAS. ....	14

## Os principais desafios da Educação do Campo.

Autor: Daniela Cassarotti Borges.

Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

Resumo: Este artigo tem o objetivo de refletir sobre alguns questionamentos que afligem os alunos do campo, sendo que muitas vezes a educação ofertada não satisfaz aos interesses e necessidades do aluno do campo, deixando que se multiplique as taxas de evasão e repetência escolar. Diante disso utilizamos como ponto de partida as indagações e reflexões dos alunos do 8º ano do Ensino Fundamental do Colégio Estadual José Sarmento Filho, sobre o ambiente e a prática escolar por meio de uma conversa informal. Então propomos para os mesmos desenvolver em sua comunidade uma pesquisa histórica buscando conhecer um pouco mais a história de sua família e da comunidade onde está inserido. O trabalho foi bem aceito pelos alunos, que se dedicaram e se envolveram com a atividade proposta, e foi possível perceber que a história é uma tradição viva e que existe uma riqueza imensurável no campo que é passada de geração a geração por meio da oralidade.

Palavras chave: Educação do Campo; Sobrevivência no Campo; Transformação Social.

## INTRODUÇÃO.

A Educação do Campo por ser protagonizada pelos movimentos sociais traz numerosas questões no sentido de promover simultaneamente a transformação social.

A partir de julho de 2004, foram realizados pela coordenação geral de educação do campo em vários estados, seminários estaduais com o objetivo de diagnosticar e buscar soluções para combater as desigualdades do cotidiano escolar.

A finalidade é incentivar a construção de relações baseadas no respeito e na valorização de milhares de brasileiros, que tiram seu sustento da terra.

A trajetória da Educação do Campo é longa e complexa, e esta complexidade está relacionada ao seu esquecimento no tempo e em um rápido aparecimento como se esta vertente fosse algo novo, nunca antes trabalhado.

Segundo Hage:

No meio rural, os sujeitos se ressentem do apoio que as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação deveriam dispensar às escolas, sentindo-se discriminadas em relação às escolas da cidade, que assumem prioridade em relação ao acompanhamento pedagógico e formação de docentes. Os gestores públicos justificam a ausência do acompanhamento pela falta de estrutura e pessoal suficiente para realizar a ação. (HAGE, 2006, p.4)

Diante disso surge então uma necessidade dos governantes em manter no campo as pessoas do campo, que lá resistiram a tantos contra tempos.

Segundo Leite (1999, p.28):

[...] a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910 – 1920, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em

busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.

Porém devemos entender que a humanidade esta diante de uma crise de dimensão social, econômica, ambiental, cultural e política sem precedentes. Ao longo das duas últimas décadas temos acompanhado as conferências, encontros, seminários em que são focados vários contextos relativos à temática da Educação do Campo. (PARANÁ, p.26, 2005).

## 1.CONCEPÇÕES, MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE CAMPONESA.

A Educação do Campo tem como suporte pedagógico o cotidiano dos movimentos sociais, lutando pelas desigualdades sociais, a educação do campo precisa ser pensada a partir de sua origem numa atitude de reafirmação e recriação da história.

Segundo Freire:

O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação. (FREIRE, 1991, p. 27).

A Educação do Campo é uma concepção político pedagógico voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas (BRASIL, 2002).

De acordo com a concepção de educação rural, a educação deve ser dada aos indivíduos para suprir suas carências mais elementares, deve funcionar como uma educação supletiva em que transmite-se a cada individuo

somente os conhecimentos básicos, pois se acredita não ser necessário aos sujeitos do campo, que lidam com a roça, aprender conhecimentos complexos, que desenvolvam sua capacidade intelectual. Assim a educação passa a ser vista Como um favor e não como um direito!

Conforme Caldart (2004, p.1), explicita:

“temos direito ao conjunto de processos formativos já constituídos pela humanidade; e que o direito à escola pública do campo, pela qual lutamos, compreende da educação infantil à Universidade”.

O que caracteriza os povos do campo é o jeito de como ele se relaciona com a natureza, trabalho na terra, as festas comunitárias, a rotina do trabalho.

(...) o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive; (Do, pois) “ o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p. 26).

Schlesener (2002, p. 47), dizia que a cultura de um povo:

[...] apresenta-se como saber que se produz na relação com a ação, o pensar que cria e transforma [...] os homens são capazes de renovar, de mudar o mundo conhecendo a história e a sua própria capacidade de reviver “do seu esforço atual numa força do amanhã”.

## 2. SOBREVIVENDO NO CAMPO E DO CAMPO.

Um dos aspectos que sustentam uma proposta de Educação do Campo é a relação com a comunidade, articulando ações que desenvolvam perspectivas e possibilidades nas relações da vida social e do trabalho.

Pensar a educação desde ou junto com uma concepção de campo significa assumir uma visão de totalidade dos processos sociais; significa no campo da política pública, por exemplo, pensar a relação entre uma política agrária e uma política de educação; entre política agrícola, política de saúde, e política de educação e assim por diante (CALDART, p.26, 2005).

Conceber o campo como elemento essencial para o desenvolvimento do país, como lugar de trabalho, de produção econômica, de saberes e de cultura, implica construir políticas nas quais a educação esteja articulada a um projeto de desenvolvimento para o campo, que se viabilize para a produção de campo, inclusive a que não teve possibilidade de frequentar na idade própria o acesso e a permanência na escola bem como a profissionalização, levando em conta a especificidade da vida e do trabalho dos povos do campo, sua diversidade cultural, seus gostos e seus sonhos. (PARANÁ, p. 35, 2005).

Outro ponto importante é colocarmos a realidade sustentável do campo, sabemos que as maiores dificuldades estão ligadas ao meio financeiro.

O homem do campo precisa ter meios para se manter, e o que ocorre é um grau de aumento das propriedades rurais e uma diminuição de pessoas ou habitantes, pois os mesmos são obrigados a procurar uma vida melhor nas cidades, vendendo suas terras por preços baixos, ou até mesmo deixando a terra sem produzir, por não ter como se manter, este é um fato comum, e ocorre por motivo diversos desde uma falta de ajuda governamental para subsidiar a vida no campo ou até mesmo a falta de estudos para continuar ou começar algum trabalho relacionado a agricultura familiar. (PARANÁ, p.35, 2005).

### 3. TRANSFORMANDO A REALIDADE ATRAVÉS DA PRÁTICA ESCOLAR.

#### 3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA.



As práticas de socialização em um contexto do campo, juntamente com o processo educativo é compreendido como uma prática de liberdade, ou seja, Valorizando o que o educando já sabe e ao mesmo tempo intercalando com o todo, com a sociedade, informando politicamente, culturalmente e economicamente.

A educação abrange várias dimensões da pessoa humana as quais constituem o processo formativo, compreende-se que os sujeitos possuem sua história, participam de lutas sociais, produzem arte, fazem parte de grupos, raças, etnias e de classes sociais diferenciadas.

Portanto, o espaço desenvolve de várias formas de construção e reconstrução do território e do meio ambiente buscando a interação que possibilita ao sujeito construir enquanto ser social.

Pensando nesse contexto que no decorrer do ano letivo começamos a analisar o comportamento dos alunos do 8º ano C do Ensino Fundamental do Colégio Estadual José Sarmento Filho em Iretama-PR, através das atividades desenvolvidas em sala de aula e atividades realizadas em casa, onde na maioria das vezes eram realizadas sem entusiasmo, sem motivação, geralmente desenvolviam as atividades somente pelo valor dado a cada atividade, o Colégio Estadual José Sarmento Filho está localizado na zona urbana, mas uma grande parte de seus alunos provém da zona rural, de várias localidades do município de Iretama.

Realizar um trabalho em uma escola da zona urbana onde tem uma grande quantidade de alunos da zona rural é aceitar a enfrentar desafios, além de atender a grande diversidade que a escola oferece, temos que procurar desenvolver um trabalho que possa promover a transformação social.

Assim depois de analisar o comportamento dos alunos e perceber que havia alguns conflitos, propus para os mesmos uma roda de conversa informal, onde poderíamos coletar informações referentes ao cotidiano escolar, as experiências que viviam na escola, as dificuldades que encontravam no dia a dia, entre outros, buscando dessa forma interagir com os alunos, assim teriam

a liberdade de falar o que quisessem, sem o constrangimento de perguntas prontas.

#### 4. REFLEXÕES E DESAFIOS.

Então os alunos da zona rural, colocaram que se sentiam em desvantagem em relação aos alunos da zona urbana e alguns questionamentos foram levantados, como a distância que tinham que percorrer até a chegada a escola e muitas vezes já chegam cansados na escola sem animo para estudar, em épocas de chuva a dificuldade era maior ainda, por isso ocorriam faltas constantes, em época de colheitas precisam ajudar os pais na lavoura, não tem um calendário específico para o aluno do campo, além do currículo escolar que muitas vezes não atende aos interesses do aluno do campo.

Diante disso começamos a desenvolver uma prática educativa diferenciada, utilizando as Diretrizes Curriculares de História do Estado do Paraná como referência, onde os alunos iriam desenvolver uma pesquisa histórica em sua própria casa, com seus pais, tios, avôs, vizinhos entre outros e depois transformar as informações coletadas em uma história em quadrinhos.

As DCEs (PARANÁ, 2008, P.15) esclarecem que:

A escola deve incentivar a prática pedagógica fundamentada em diferentes metodologias, valorizando concepções de ensino, de aprendizagem (internalização) e de avaliação que permitam aos professores e estudantes conscientizarem-se da necessidade de uma transformação emancipadora.

Desse modo unimos a pesquisa, a oralidade e para finalizar a produção de história em quadrinhos dos fatos vivenciados e coletados pelos alunos.

A produção da história em quadrinhos permite várias abordagens pedagógicas e visa desenvolver nos alunos habilidades de leitura e

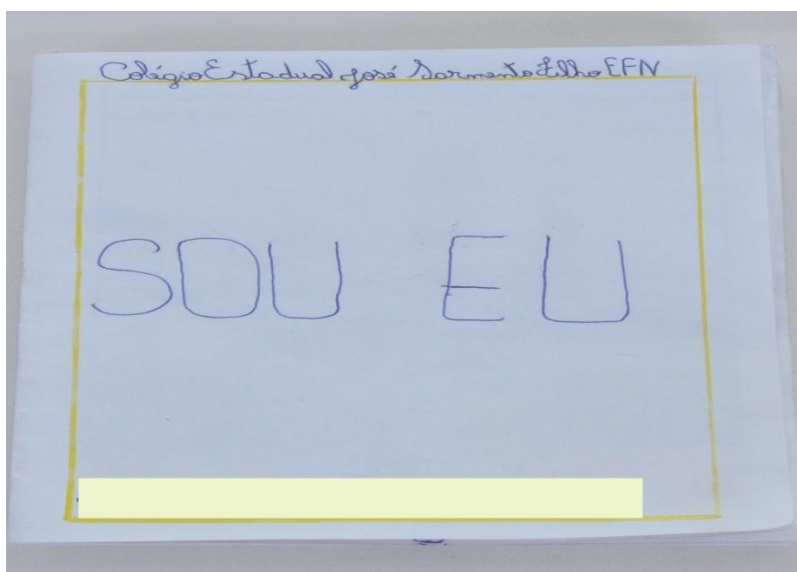
compreensão de textos, além de ensinar a alfabetização visual, e permitir que torne a história uma disciplina realmente interpretativa ao pesquisar, entender e depois explicar os conteúdos pesquisados em forma de história em quadrinhos, enfim “infinitos usos da linguagem da história em quadrinhos são possíveis, o limite foi, é e sempre será o da criatividade e capacidade de improviso do professor”. (CALAZANS, 2005, P.32)

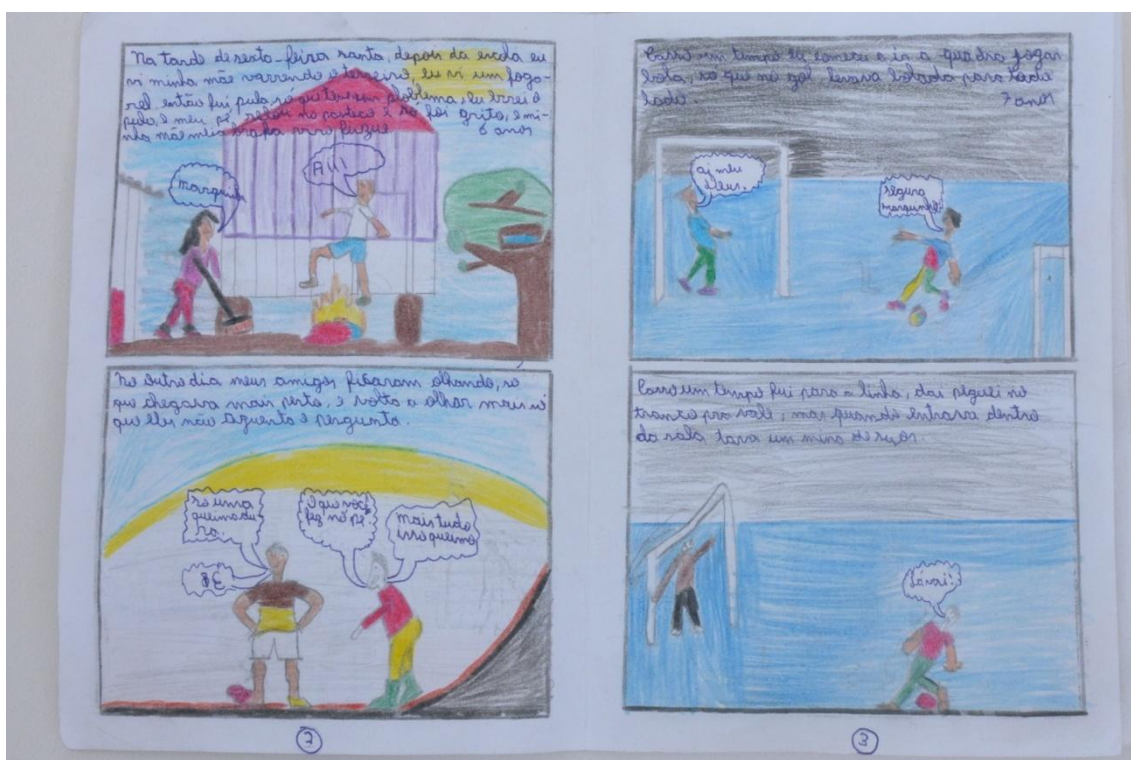
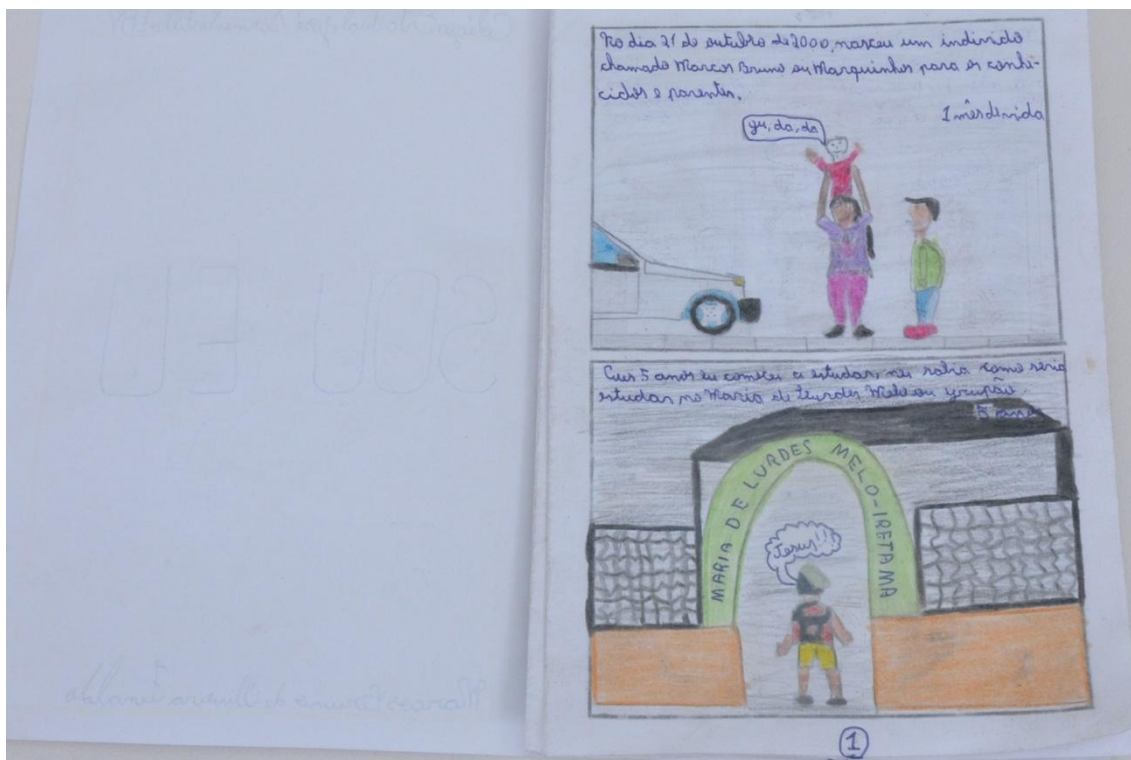
Dessa forma os alunos puderam coletar informação e histórias de sua família, de seu povo da comunidade onde viviam. Dessa forma os alunos além de conhecer um pouco mais sobre o seu passado, também desenvolveram formas de se chegar a ele, desse modo o aluno se vê como sujeito histórico que aprende a lidar com as fontes históricas agindo sobre o seu aprendizado e não só recebe conhecimentos prontos e acabados.

De acordo com Martins:

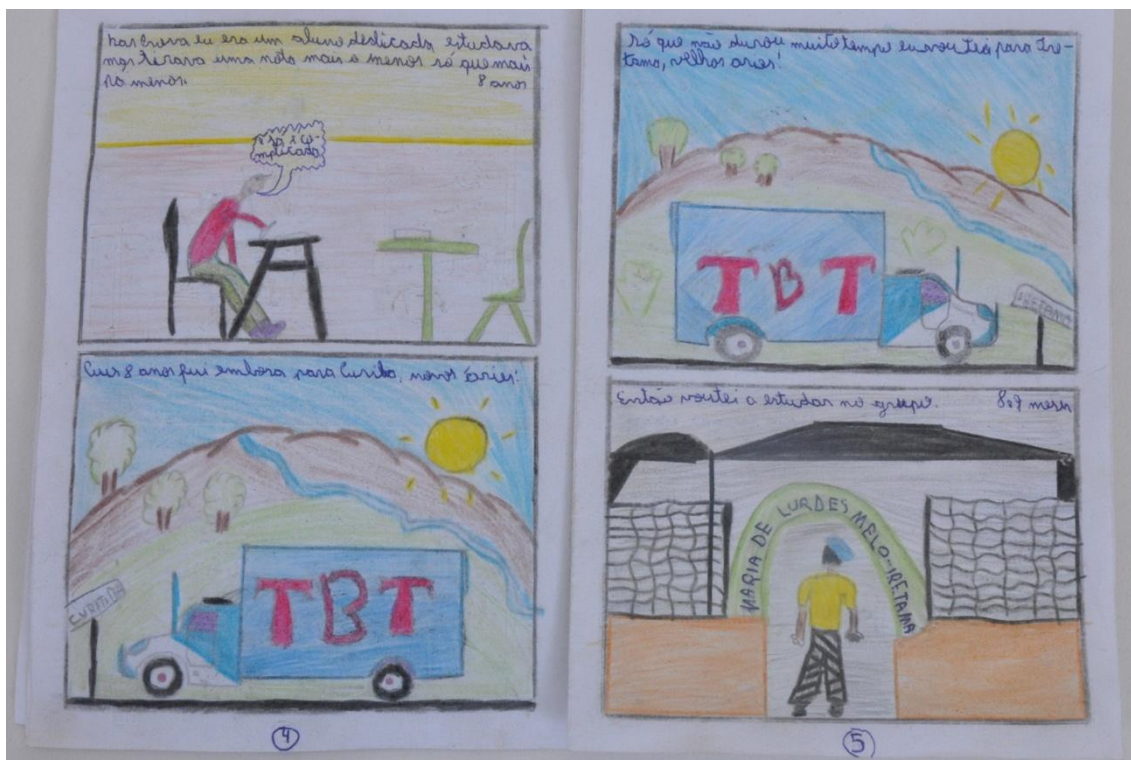
A história local é a história das particularidades, ela se determina pelos componentes universais da História, em seus processos mais amplos e significativos. Isto é, na história local embora as formas e conteúdos dos grandes processos históricos nem sempre sejam visíveis, ela ganha sentido por meio deles. (...) É no âmbito local que a História é vivida e é onde tem sentido para o sujeito da História. (MARTINS, p.38, 2000).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.











Diante dessa prática podemos perceber que os alunos gostaram de desenvolver a atividade proposta, eles se sentiram importantes, porque eles estavam sendo ouvidos, porque eles estavam contando fatos que ocorreram com eles ou com seus familiares. Eles também puderam perceber que todos nós fazemos história, todos nós somos sujeitos históricos e não somente os heróis que aparecem nos livros de história. Eles também gostaram de conhecer as histórias que pertenciam a seus familiares, fizeram comparações entre o seu modo de vida e de seus antepassados e perceberam também que no tempo de seus pais e avós as dificuldades para freqüentar a escola era bem maior. Conheceram histórias de vida diferentes da sua se socializaram com os colegas de classe.

Neste estudo primamos pelo resgatar do direito subjetivo que o povo do campo tem à educação, quando buscamos nos aprofundar mais sobre este resgate essa dívida social e o movimento pedagógico e político gestado no campo brasileiro, isso nos possibilitou ver o acúmulo da questão com a dimensão posta pelas falas anteriores a estas, porque várias experiências se desenvolveram no nosso país, ao longo dos anos, podemos citar algumas

mudanças como centros familiares de alternância, as experiências do MST, as pautas e proposições do movimento sindical, as iniciativas das prefeituras municipais, de ONGs espalhadas por todo o Brasil, como por exemplo, a Assessorar no Paraná, O Serta, O Moc e a Resab, na região nordeste, mas nada disso conseguiu segurar o homem no campo, por falta de condições de estudo para seus filhos.

Nas leituras que fizemos vimos que o Brasil, o proclamado direito universal à Educação tem sido uma dura conquista dos movimentos sindicais, especialmente dos trabalhadores e trabalhadoras da educação pública, nas esferas federal, estadual e municipal, tendo como referencia a Constituição de 1988 e, mais recentemente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, como marco legal nesse processo de afirmação da educação, no âmbito dos direitos humanos e sociais. Em relação a proposta pedagógica e organização curricular, vimos que os temas a serem trabalhados na escola devem ser ligados ao mundo do trabalho, ao desenvolvimento do campo.

Assim, serão conteúdos gerais, que preparam estudantes em habilidades humanas comuns a todas as escolas e conteúdos específicos, de acordo com as características regionais, locais, econômicas e culturais da comunidade onde a escola esteja inserida. A metodologia deve ser voltada ao resgate da riqueza das experiências que estão em desenvolvimento na área rural, tais como, aulas na roça, excursões, entrevistas, reuniões, dramatizações, produção de história em quadrinhos, observações dentre outras, podemos recorrer a enciclopédias, livros, jornais, vídeos, a própria natureza, valorização do espaço da comunidade, das florestas, cerrados, roças, engenhos, casas de farinha, postos de saúde, monumentos históricos, praças, órgãos públicos e priorizar o tempo na família, na escola, na produção, nas atividades culturais que constroem uma prática pedagógica inovadora e adequada à realidade do campo.

## 5. REFERÊNCIAS.

CALAZANS, Flávio M. de A., **História em quadrinhos na escola**. São Paulo: Paulus, 2004.

CALDART, Roseli Salete; FERNANDES, Bernard M.&CERIOLI, Paulo R.Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação do Campo”: texto preparatório. In: ARROYO, Miguel G.,CALDART, Rosely Salete 7 MOLINA, Mônica C.(orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

CNE. Resolução CNE/CEB 1/2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

**Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. CNE/MEC, Brasília, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HAGE, Salomão Mufarrej. A realidade das Escolas Multisseriadas frente às conquistas na Legislação Educacional. In: **Anais da 29ª Reunião Anual da ANPED: Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: desafios e compromissos manifestos**. Caxambu: ANPED, 2006.

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.



Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96 | Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Referência para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios**, coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos – 2ª Ed. – Brasília; MEC, SECAD, 2005.

PARANÁ, **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. SEED/PR. Curitiba, 2006.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2005. - 72vp.

PARANÁ. Secretaria de Estado Da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná** – História: SEED, 2008.

Programa Escola Ativa – **Orientações Pedagógicas para a formação de educadoras e educadores**. – Brasília: SECAD/MEC, 2009. 80 p.

SCHLESENER, A. **Revolução e cultura em Gramsci**. Curitiba: UFPR, 2002.

SEED-PR. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual José Sarmento Filho – Ensino Fundamental e Normal**, 2007.